

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL****REQUERIMENTO n.** **de 2022**

(Do Sr. David Miranda)

Requer o convite de Sua Excelência o Senhor Anderson Gustavo Torres, Ministro da Justiça e Segurança Pública para prestar esclarecimentos sobre o processo de extradição do Senhor Allan dos Santos.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja convidado Sua Excelência o Senhor Anderson Gustavo Torres, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para prestar esclarecimentos sobre o processo de extradição do Senhor Allan dos Santos.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em outubro de 2021, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes determinou a prisão preventiva do Senhor Allan dos Santos, blogueiro investigado no âmbito do inquérito sobre milícias digitais. Ao decretar a prisão, o Ministro Alexandre de Moraes também determinou que o Ministério da Justiça e Segurança Pública tomasse todas as providências pertinentes ao processo de extradição do mencionado blogueiro.

O que se viu logo em seguida foi uma série de medidas que vão em sentido contrário à decisão proferida pelo Ministro do STF. O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI)



encaminhou o pedido de extradição conforme a decisão judicial e na estrita observância de suas atribuições no âmbito do Ministério da Justiça; mas logo em seguida, a delegada Silvia Amélia Fonseca de Oliveira, Diretora do DRCI, foi exonerada – e ao que tudo indica – por ter atuado de maneira técnica no processo de extradição. Em depoimentos à Polícia Federal, não apenas a ex-diretora como outros dois servidores do DRCI, relataram pressões por parte da cúpula do Ministério durante e após o encaminhamento do processo. Tudo isso é muito grave e exige pleno esclarecimento. Há fortes indícios de que representantes do Governo teriam atuado deliberadamente em favor de um blogueiro simpatizante, conspirando contra decisão judicial com a pretensão velada de impedir sua prisão e extradição.

Não bastasse essa ofensa aos princípios republicanos, o Presidente da República não se furta a acrescentar ao insulto o escárnio. Sem o mínimo constrangimento, ao mesmo tempo em que tenta criar dificuldades ao processo de extradição, o Presidente Bolsonaro prestigia o seu assecla e parece valer-se de sua atuação e serviços em território estadunidense. Não é possível ficar indiferente ao ultraje às instituições brasileiras que representou a participação ostensiva do Senhor Allan dos Santos numa motociata em Orlando, organizada por apoiadores do governo, no último dia 11 de junho.

Diante da conivência do Governo brasileiro com a atuação ilegal e mesmo afrontosa do Senhor Allan dos Santos é imperativo que o Ministro da Justiça preste esclarecimentos quanto ao processo de extradição e explique, adicionalmente, o estado de aparente abandono a que foi relegado o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional na estrutura do seu Ministério, depois dos episódios envolvendo o referido processo de extradição.

Pelo exposto, solicitamos aos Pares seu apoio ao presente requerimento de audiência.

David Miranda  
PDT/RJ



\* C D 2 2 6 3 6 2 0 2 8 2 0 0 LexEdit